



3ª CONFERÊNCIA NACIONAL ENSINO SUPERIOR E INVESTIGAÇÃO

Afirmar o papel estratégico
do Ensino Superior e da Ciência

Processo de Bolonha: Balanço e Perspectivas

A persistência das relações de produção depende da reprodução das componentes económicas (força de trabalho e meios de produção), e da reprodução das componentes ideológicas.

A escola contribui para a reprodução da sociedade ao transmitir as crenças que fazem ver o *status quo* social como bom e desejável. É pela reprodução da cultura dominante que a reprodução das relações sociais é garantida – a cultura de prestígio e valor social é a cultura das classes dominantes.

Foi nesta lógica que surgiu há 12 anos o «Processo de Bolonha».

Bolonha configurou o Ensino Superior para melhor servir os interesses das classes dominantes.

Bolonha tinha e continua a ter por objectivo a progressiva entrega do Ensino Superior europeu ao sector privado, bem como a adequação do seu produto às necessidades do capital.

O resto, as declarações explícitas de intenções de concretizar uma equiparação do Ensino Superior intra-europeia e de fomentar a mobilidade entre os vários países da União, as referências à “aprendizagem ao longo da vida”, não passavam de diversões sobre as quais Bolonha não avançou nem recuou. As equiparações são as que sempre existiram, a mobilidade é a que sempre existiu, a “aprendizagem ao longo da vida” nunca passou de uma miragem.

De facto, a questão central implícita e escamoteada, é que o capital necessita de trabalhadores hábeis, mas obedientes. É que pretendia, cada vez mais, adequar o ensino às expectativas das potências industriais e financeiras, instrumentalizar a escola pondo-a ao serviço da competição económica, e elitizar o acesso ao conhecimento, limitando-o aos filhos dos ricos.

No Ensino Superior, dos que completam o primeiro ciclo «habilitados a ingressar no mercado de trabalho Europeu» (cf. Declaração de Bolonha), apenas regressam, para a obtenção de graus superiores, os filhos dos ricos.

No Ensino Superior, reduzir-se-á o tempo de permanência na escola da grande maioria, através de uma etapa de selecção económica imediatamente após o primeiro ciclo, com vista à sua rápida incorporação no mercado de trabalho. O filho do trabalhador passará menos tempo na escola que o filho do empresário.

O primeiro permanecerá nos estudos o tempo suficiente para aprender lições de bom comportamento e para se tornar um produtor acrítico de mais-valia, o que fará dele submisso e dedicado. Nunca, num primeiro ciclo feito a correr, de cariz

progressivamente tecnológico e para formação de mão de obra barata, haveria condições para a formação integral do cidadão.

O segundo, o filho dos ricos, aprenderá a gerir e a comandar, e adquirirá competências que lhe permitam protagonizar o seu domínio de classe, a reproduzir o status quo social, a eternizar o sistema de exploração do trabalho e de acumulação de capital.

Isto torna-se óbvio considerando a fragmentação do Ensino Superior em ciclos com custos acrescidos das propinas de cada ciclo, possibilitando assim uma maior coincidência entre as elites intelectuais e as elites económicas.

Por outro lado, subtilmente, Bolonha criou as condições para a fácil privatização do Ensino Superior Público. Como? Através de um sub-financiamento que o desprestigia, e através da estratificação, da criação de pacotes, de ciclos facilmente geríveis e administráveis pelo sector privado.

Mas é pungente colocar a questão: Teremos embarcado há 12 anos numa viagem sem regresso?

Assistimos hoje na Europa a um aprofundamento sem precedentes das contradições e da luta de classes. O curso da história dependerá, como sempre, do balanço de forças e das formas que esta luta venha a assumir.

O empobrecimento do conteúdo do ensino superior, as condições de trabalho cada vez mais penosas, a precarização do estatuto dos professores, tudo isto suscita reacções, resistências, lutas.

O futuro do ensino não está tão pré-determinado como possa, à primeira vista, parecer. Será fruto de forças opostas e do seu confronto. Os professores inquietam-se com as ameaças que pesam sobre a liberdade académica. Os investigadores receiam ver a sobrevivência dos seus trabalhos dependente da sua rentabilidade económica.

Nós, professores, defendemos uma sociedade democrática onde o ensino contribua para a formação integral do indivíduo. Muito mais do que aprender um ofício, trata-se aprender a «ser pessoa». Trata-se do «saber ser» para além do «saber fazer».

A prossecução destes objectivos implica o aprofundamento da autonomia com participação democrática e capacidade de iniciativa para responder às necessidades do nosso povo. Trata-se de lutar por um ensino desgovernamentalizado, independente e autónomo dos interesses das classes dominantes, por isso laico, responsável, ao serviço do bem estar de todos, da solidariedade interna e da solidariedade activa e militante com todos os povos do mundo.

Para nós, professores europeus, trata-se de construir um Ensino Superior fiel às mais puras tradições democráticas da Europa. Uma Europa que é a nossa, temperada na tomada da Bastilha, no hino da alegria de Beethoven, na comuna de Paris, na resistência de Madrid às hordas de Mola em 1936, na heróica luta do povo grego contra a ditadura dos coronéis, na Revolução dos Cravos em Portugal de 1974.

A História está em marcha... o futuro dependerá da nossa força, da nossa luta.

Luís Vicente
Professor Auxiliar com Agregação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
4 de Novembro de 2011